

**Relatório de Riscos e
Oportunidades Sociais,
Ambientais e Climáticas**

2022



Sumário

| | |
|---|-----------|
| Apresentação | 4 |
| Governança de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático | 5 |
| a) Instâncias de governança com atribuições no gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático. | 6 |
| b) Responsabilidades atribuídas às instâncias identificadas no item (a), e do relacionamento entre elas. | 6 |
| c) Processo e frequência de recebimento, pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria, de informações relativas ao risco social, ao risco ambiental e ao risco climático. | 11 |
| d) Descrição dos critérios utilizados pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria para assegurar a consideração dos riscos social, ambiental e climático, quando relevantes, nos processos de aprovação e revisão. | 11 |
| e) Formas de monitoramento pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria dos objetivos estratégicos e, se aplicável, das metas da instituição relacionadas à aspectos sociais, ambientais e climáticos. | 13 |
| Estratégias utilizadas no tratamento dos riscos social, ambiental e climático | 15 |
| a) Identificação dos eventos de risco social, de risco ambiental e de risco climático que geram possibilidade de perdas relevantes para a instituição em diferentes horizontes de tempo. | 16 |
| b) Identificação de concentrações significativas dos riscos mencionados no item (a) nas exposições de crédito da instituição, observando o disposto no art. 38-D, inciso V, da Resolução nº 4.557, de 2017. | 17 |
| c) Descrição de como os eventos mencionados no item (a) são considerados nos negócios, nas estratégias e no gerenciamento de capital da instituição, detalhando o horizonte de tempo considerado e os critérios adotados na priorização dos riscos avaliados. | 18 |
| d) Descrição das hipóteses de mudanças em padrões climáticos e de transição para uma economia de baixo carbono utilizadas na realização de análises de cenários, no âmbito do programa de testes de estresse. | 19 |
| e) Descrição da capacidade de adaptação da instituição, considerando as hipóteses mencionadas no item (d). | 21 |
| Processos de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático | 22 |
| a) Descrição do processo de identificação, mensuração e avaliação do risco social, do risco ambiental e do risco climático. | 23 |
| b) Descrição dos critérios utilizados para a classificação das exposições quanto aos riscos social, ambiental e climático, considerando o setor econômico, a região geográfica e o prazo médio das exposições. | 25 |
| c) Descrição dos mecanismos utilizados para a identificação tempestiva de mudanças políticas, legais ou regulamentares que possam impactar o risco climático de transição incorrido pela instituição. | 25 |
| d) Descrição dos mecanismos utilizados para o tratamento, no âmbito de gerenciamento integrado de riscos, das interações entre os riscos social, ambiental e climático, e entre esses e os demais riscos incorridos pela instituição. | 26 |
| e) Descrição dos processos de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático, destacando o monitoramento, o controle e a mitigação desses riscos. | 27 |
| f) Descrição dos mecanismos utilizados para o monitoramento de concentrações em setores econômicos, regiões geográficas ou segmentos de produtos e serviços mais suscetíveis a sofrer ou causar impactos sociais, ambientais e climáticos. | 27 |

Apresentação

O relatório de riscos e oportunidades sociais, ambientais e climáticas (Relatório GRSAC) apresenta uma análise integrada dos principais desafios e potencialidades que refletem sobre o desempenho e a sustentabilidade da Organização.

O objetivo deste relatório é fornecer informações sobre como a Organização identifica, avalia, gerencia e monitora os riscos e oportunidades relacionados aos aspectos sociais, ambientais e climáticos. O relatório aborda a governança de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático, incluindo as atribuições e as responsabilidades das instâncias envolvidas neste gerenciamento, os potenciais impactos desses riscos sobre os negócios, as estratégias e o gerenciamento de riscos e capital e os respectivos processos de gerenciamento. Estas informações estão conforme Instrução Normativa nº 153 do Banco Central do Brasil (BCB) e compreendem as seguintes informações:

- Governança de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático (corresponde à Tabela GVR da norma do BCB)
- Estratégias utilizadas no tratamento dos riscos social, ambiental e climático (corresponde à Tabela EST da norma do BCB)
- Processos de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático (corresponde à Tabela GER da norma do BCB).

Recomenda-se a leitura deste Relatório em conjunto com outros documentos divulgados pela Organização, tais como o Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar 3 (trimestral), Relatório Integrado de Riscos (Anual) e Relatório de Mudanças Climáticas (Anual), disponíveis no nosso site de Relações com Investidores (www.bradescori.com.br).

Boa leitura!

Governança de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático

(corresponde à Tabela GVR da norma do BCB)

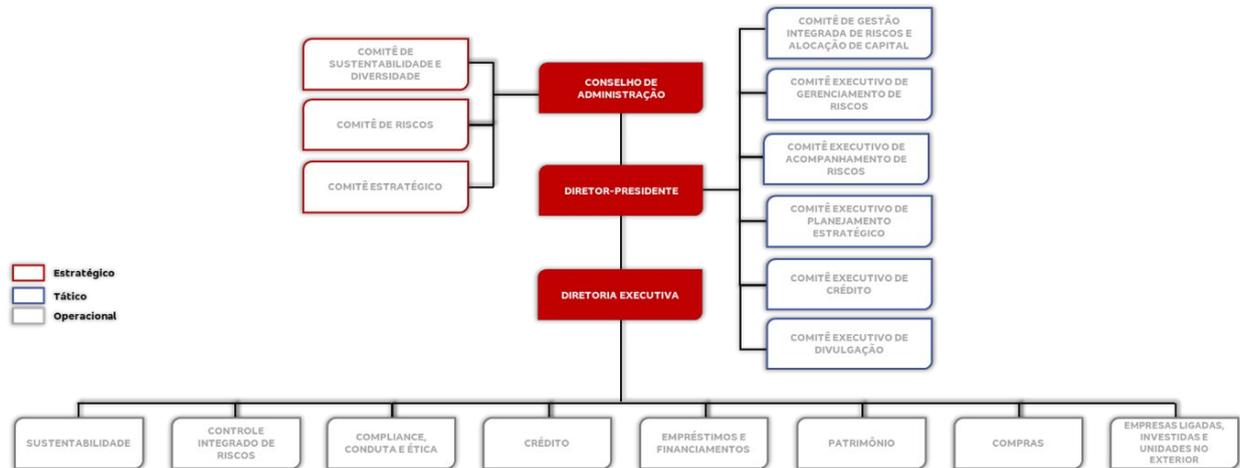


bradesco

a) Instâncias de governança com atribuições no gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático.

A estrutura de gerenciamento de riscos social, ambiental e climático é composta por diversos fóruns e departamentos que subsidiam o Conselho de Administração, o Diretor-Presidente, o Diretor de Riscos (*Chief Risk Officer – CRO*) e a Diretoria Executiva da Organização no exercício das suas atribuições.

A seguir, destacamos as principais instâncias envolvidas neste gerenciamento:



b) Responsabilidades atribuídas às instâncias identificadas no item (a), e do relacionamento entre elas.

Nível Estratégico

i. Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. (Conselho)

Órgão estatutário de caráter permanente e deliberativo, responsável por estabelecer a estratégia corporativa e revisar os planos e políticas de negócios, além de supervisionar, monitorar, eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva.

O Conselho de Administração (Conselho) é composto por 11 membros, dos quais 4 são independentes.

ii. Comitê de Sustentabilidade e Diversidade

Órgão não estatutário de caráter permanente que tem por objetivo definir a estratégia de Sustentabilidade e assessorar o Conselho no desempenho de suas atribuições relacionadas ao fomento dessa estratégia, conciliando as questões de desenvolvimento econômico com as de responsabilidade social, ambiental e climática.

O Comitê de Sustentabilidade e Diversidade é responsável por conduzir as principais decisões, pela aprovação de planos e metas e pelo acompanhamento da implementação das diretrizes sociais, ambientais e climáticas, sempre de forma integrada às demais políticas da Organização. Assegura que o Conselho e demais membros da Diretoria Executiva estejam cientes dos assuntos e/ou situações que possam representar riscos à Organização, decorrentes de questões ligadas à Sustentabilidade.

Suas atividades ocorrem de forma coordenada com os fóruns de risco, que são responsáveis por deliberar e acompanhar os assuntos relacionados às questões sociais, ambientais e climáticas.

O Comitê de Sustentabilidade e Diversidade é composto por 19 membros assim distribuídos: 8 membros do Conselho, o Diretor-Presidente, o Diretor de Riscos (CRO), 7 membros da Diretoria Executiva e 2 Diretores (Relações com o Mercado e Sustentabilidade).

iii. Comitê de Riscos

Órgão não estatutário de caráter permanente e consultivo que tem por objetivo assessorar o Conselho no desempenho de suas atribuições relacionadas ao gerenciamento de riscos e de capital.

Dentre suas atribuições, o Comitê avalia os níveis de apetite por riscos fixados na Declaração de Apetite a Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*), bem como as estratégias para o seu gerenciamento; supervisiona a atuação e o desempenho do Diretor de Riscos (CRO) e a observância, pela Diretoria da Organização, dos termos da RAS.

Adicionalmente, o comitê avalia o grau de aderência dos processos da estrutura de gerenciamento de riscos às políticas estabelecidas e propõe recomendações ao Conselho sobre políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos e capital, programa de teste de estresse, política de continuidade de negócios, planos de contingência de capital e liquidez e plano de capital.

O Comitê de Riscos é composto por 5 membros do Conselho.

iv. Comitê Estratégico

Órgão não estatutário de caráter permanente que tem por objetivo assessorar o Conselho no desempenho de suas atribuições relacionadas à gestão estratégica da Organização.

Dentre suas atribuições, o Comitê Estratégico apoia no estabelecimento da estratégia da Sociedade, buscando seu alinhamento aos aspectos ambiental, social e governança (ASG), com o objetivo de proteger e maximizar o retorno do investimento do acionista.

O Comitê também realiza o acompanhamento dos planos de negócio, compreendendo ações estratégicas da Organização em face da definição das diretrizes de curto, médio e longo prazo e monitora políticas, diretrizes e tendências de mercado, procurando identificar novas demandas estratégicas.

O Comitê Estratégico é composto por 5 membros: 4 membros do Conselho e 1 Diretor-Presidente.

Nível Tático

v. Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital (COGIRAC)

Órgão não estatutário de caráter permanente que tem por objetivo assessorar o Diretor-Presidente na gestão e controle dos riscos e do capital, bem como dar apoio aos processos e assegurar a conformidade no que diz respeito à segurança corporativa e aos processos e procedimentos relacionados à prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo.

Dentre suas atribuições, o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital valida e submete para avaliação do Comitê de Risco e deliberação do Conselho, a RAS e os limites de exposição por tipos de riscos, as políticas inerentes ao gerenciamento dos riscos e do capital, o programa de testes de estresse (parâmetros, cenários, probabilidades, as premissas, resultados) e as ações de gestão para mitigação dos impactos.

De forma complementar, o COGIRAC visa assegurar o cumprimento das políticas de gerenciamento de todos os riscos e de capital, acompanha o perfil de risco, o desempenho, a necessidade de capital e suficiência, as exposições, limites e os controles de riscos e avalia a efetividade e conformidade do sistema de Controles Internos.

O COGIRAC é composto pelo Diretor-Presidente, o Diretor de Riscos (CRO) e 9 membros da Diretoria Executiva.

vi. Comitê Executivo de Gerenciamento de Riscos

Órgão não estatutário de caráter permanente e com poderes deliberativos que tem por objetivo assessorar o Diretor-Presidente nos assuntos relacionados à gestão de riscos, capital, modelos, controles internos, continuidade de negócios e *compliance* no âmbito da Organização.

O Comitê Executivo de Gerenciamento de Riscos também avalia e submete ao COGIRAC as políticas e as estruturas de governança, propostas para definição ou revisão de limites estratégicos, bem como a RAS, a avaliação sobre adequação de capital e liquidez (ICAAP), incluindo o Plano de Capital e Liquidez, Planos de Contingência e Plano de Recuperação.

O Comitê Executivo de Gerenciamento de Riscos é composto por 14 membros assim dispostos: o Diretor de Riscos (CRO), 11 membros da Diretoria Executiva e 2 Diretores.

vii. Comitê Executivo de Acompanhamento de Riscos

Órgão não estatutário de caráter permanente e consultivo que tem por objetivo assessorar o Diretor-Presidente no desempenho de suas atribuições relacionadas ao acompanhamento de riscos e de capital.

Dentre suas atribuições, o Comitê Executivo de Acompanhamento de Riscos realiza o acompanhamento dos assuntos relativos à gestão de riscos, capital, modelos, segurança da informação, prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo, controles internos, continuidade de negócio e *compliance* no âmbito da Organização.

O Comitê Executivo de Acompanhamento de Riscos também toma conhecimento das regras, diretrizes e orientações emanadas por órgãos reguladores nacionais e internacionais, dos trabalhos executados pelas auditorias interna e externa pertinentes à gestão de riscos e dos resultados relativos à validação independente de modelos e as deliberações dos ocorridos no âmbito de gerenciamento de riscos.

O Comitê Executivo de Acompanhamento de Riscos é composto por 15 membros assim dispostos: o Diretor-Presidente, o Diretor de Riscos (CRO) e 13 membros da Diretoria Executiva.

viii. Comitê Executivo de Planejamento Estratégico

Órgão não estatutário de caráter permanente e com poderes deliberativos que tem por objetivo assessorar o Diretor-Presidente no processo de planejamento e gestão da estratégia da Organização.

Dentre suas atribuições, o Comitê Executivo de Planejamento Estratégico aprova metodologia de gestão e planejamento da estratégia corporativa, fazendo seu acompanhamento e ajustes quando necessários. Ademais, este Comitê Executivo delibera e estabelece o tratamento de temas estratégicos e/ou relacionados à estratégia corporativa.

O Comitê Executivo de Planejamento Estratégico é composto por 10 membros assim dispostos: o Diretor de Riscos (CRO), 8 membros da Diretoria Executiva e 1 Diretor.

ix. Comitê Executivo de Crédito

Órgão não estatutário de caráter permanente e com poderes deliberativos que tem por objetivo tomar decisões colegiadas sobre consultas de limites ou operações de crédito da Organização (incluindo agências no exterior), da Bradesco Financiamentos, da Bradesco Promotora e da Bradesco Cartões, reportando e formalizando, periodicamente, ao Diretor-Presidente, as deliberações consideradas relevantes.

Dentre suas atribuições, o Comitê Executivo de Crédito toma decisões colegiadas dentro de sua alçada sobre consultas de limites ou operações que envolvam risco de crédito, propostas pelos Segmentos e Empresas Ligadas da Organização, Agências no Exterior, previamente analisadas e com parecer do Departamento de Crédito e parecer de riscos social, ambiental e climático e toma conhecimento das alterações de *Rating* Cliente.

O Comitê Executivo de Crédito é composto por 18 membros: o Diretor de Riscos (*CRO*), 12 membros da Diretoria Executiva, 1 Diretor e 4 Superintendentes.

x. Comitê Executivo de Divulgação

Órgão não estatutário de caráter permanente e com poderes deliberativos que tem por objetivo assessorar o Diretor-Presidente quanto à conformidade da Organização com leis e regulamentações aplicáveis ao assunto e a padrões determinados, provendo suporte na divulgação de informações relevantes relacionadas à Organização, e assegurar o controle, uniformidade, qualidade e transparência na divulgação de informações ao mercado.

O Comitê Executivo de Divulgação é composto por 15 membros: o Diretor-Presidente, o Diretor de Riscos (*CRO*), 10 membros da Diretoria Executiva e 3 Superintendentes.

Nível Operacional

i. Departamento de Sustentabilidade

Responsável pela execução transversal da estratégia de sustentabilidade, da gestão e do monitoramento da performance ambiental, social e climática. Além de fomentar a incorporação das melhores práticas de Sustentabilidade e de governança nos negócios.

Dentre suas responsabilidades, destaca-se a de desenvolver, propor e monitorar a implementação da estratégia de sustentabilidade nos negócios, nas operações e na relação com as partes interessadas da Organização de acordo com as diretrizes e princípios de natureza social, ambiental e climático, e com o atendimento das diretrizes da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática da Organização (PR SAC). Também é responsável pela assessoria no Comitê de Sustentabilidade e Diversidade e na Comissão de Sustentabilidade.

ii. Departamento de Controle Integrado de Riscos

Responsável por promover e viabilizar o controle de riscos e a alocação de capital por meio da certificação da existência, da execução e da efetividade de controles que assegurem níveis aceitáveis de riscos nos processos da Organização, de forma independente, consistente, transparente e integrado.

Uma de suas responsabilidades é coordenar as ações de identificação, avaliação, controle, monitoramento e reporte dos riscos da Organização, integrando as questões sociais, ambientais e climáticas nas análises de risco (*rating* socioambiental), no programa de teste de estresse e nos processos de concessão de crédito e contratação de garantias.

iii. Departamento de Compliance, Conduta e Ética

Tem como propósito, proteger e garantir a perpetuidade da Organização, apoiando as áreas de negócio na identificação de fragilidades que possam implicar riscos de falta de conformidade, gerando, assim, valor e confiabilidade para os clientes e sociedades.

Dentre suas atribuições está avaliar a conformidade das atividades da Organização com as leis nacionais e internacionais aplicáveis, bem como regulamentos internos e externos sobre diversos aspectos, inclusive aqueles relacionados às questões sociais, ambientais e climáticas.

iv. Departamento de Crédito

Tem como missão garantir uma gestão eficiente na concessão e manutenção de crédito, que assegure rentabilidade e o crescimento com solidez dos ativos da Organização.

Dentre suas atribuições está inclusa a responsabilidade pela análise, concessão e manutenção de limite de crédito dos clientes, bem como a gestão de garantias, visando o atendimento nos parâmetros de qualidade, agilidade e segurança destinado a toda Organização Bradesco. Propõe e aplica a Política de Crédito a ser observada por todas as Empresas da Organização, que incorporam aspectos sociais, ambientais e climáticos, em conformidade com as normas e procedimentos internos e externos.

v. Departamento de Empréstimos e Financiamentos

Tem como desafio desenvolver continuamente produtos de crédito inovadores e eficientes para gerir a política de precificação e apoiar sua comercialização nos Segmentos e canais de divulgação/oferta de produtos e serviços da Organização.

Dentre suas responsabilidades está observar aspectos específicos destacados nas análises social, ambiental e climática relativos à necessidade de monitoramento e/ou inclusão de cláusulas específicas no contrato e/ou eventual condição precedente à contratação de financiamento de projetos.

vi. Departamento de Patrimônio

É responsável pela gestão da ecoeficiência da Organização e pela produção anual do inventário de emissões de gases de efeito estufa das atividades operacionais, de acordo com os padrões de reporte do mercado, promovendo a gestão de espaços corporativos, mobilidade, logística e venda de bens móveis/imóveis da Organização, com eficiência, inovação e práticas sustentáveis.

vii. Departamento de Compras

Tem a missão de garantir a melhor aquisição de produtos e serviços. Neste contexto, apoia o desenvolvimento das ações do programa de auditorias socioambientais na cadeia de suprimentos "Fornecedor Mais Sustentável Bradesco" (FSBRA) e submete para avaliação os fornecedores que, durante os processos de homologação ou durante a vigência contratual, apresentarem potencial exposição aos riscos social, ambiental e climático.

viii. Departamentos, Empresas Ligadas, Empresas investidas e Unidades no Exterior

Responsáveis por atuar em consonância com a estratégia de sustentabilidade, políticas e normas internas, bem como aos compromissos voluntários assumidos pela Organização, em suas atividades e processos.

c) Processo e frequência de recebimento, pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria, de informações relativas ao risco social, ao risco ambiental e ao risco climático.

O Conselho e a Diretoria Executiva recebem periodicamente informações relativas aos riscos sociais, ambientais e climáticos. Essas informações advêm dos diversos fóruns, respeitando sua frequência de realização, descritos abaixo:

| Fórum | Frequência |
|---|-----------------------|
| Comitê de Sustentabilidade e Diversidade | Bimestral |
| Comitê de Riscos | Mensal |
| Comitê Estratégico | Sempre que necessário |
| Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital | Mensal |
| Comitê Executivo de Gerenciamento de Riscos | Mensal |
| Comitê Executivo de Acompanhamento de Riscos | Mensal |
| Comitê Executivo de Planejamento Estratégico | Trimestral |
| Comitê Executivo de Crédito | Quinzenal |
| Comitê de Divulgação | Sempre que necessário |

d) Descrição dos critérios utilizados pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria para assegurar a consideração dos riscos social, ambiental e climático, quando relevantes, nos processos de aprovação e revisão.

A Organização, diante da complexidade e variedade de produtos e serviços oferecidos aos seus clientes em todos os segmentos de mercado, está exposta a diversos tipos de riscos.

Para exercer a adequada gestão, estabeleceram-se critérios para reconhecer os riscos relevantes e, sobre estes, estrutura, processos e governança de gerenciamento. Estes critérios de relevância compreendem: i) observância das resoluções do Banco Central do Brasil, ii) determinação de apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), iii) histórico de perdas financeiras e iv) possibilidade de perdas financeiras futuras de acordo com a avaliação da Alta Administração da Organização.

Desta forma, os riscos social, ambiental e climático são considerados relevantes e, portanto, são considerados na aprovação e revisão dos seguintes processos:

Risk Appetite Statement – RAS (Declaração de Appetite a Riscos)

O RAS refere-se aos tipos e níveis de riscos que, de forma ampla, a Organização se dispõe a admitir na realização dos seus negócios e objetivos. Está refletido no gerenciamento de riscos corporativos que, por sua vez, influencia a cultura e o modo de atuação da Organização.

Na Organização, o RAS é definido e formalizado pelo Conselho, que é responsável pela sua aprovação, subsidiado pelo Comitê de Riscos e pelo COGIRAC, que tem por atribuição validá-lo e estabelecer limites de exposição por tipo de riscos, políticas de gerenciamento de riscos e de capital apresentadas pelos Comitês Executivos.

O RAS é atualizado anualmente, ou sempre que necessário, e contempla os riscos sociais, ambientais e climáticos.

Políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos e de capital

A Organização dispõe de políticas, normas e procedimentos para realizar o gerenciamento dos riscos e do capital. Esses instrumentos visam assegurar que a Organização mantenha uma estrutura de

controle compatível com a natureza de suas operações, complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas e a dimensão de sua exposição aos riscos.

As políticas de gerenciamento de riscos e de capital estão alinhadas aos objetivos estratégicos da Organização, em conformidade com leis e regulamentos emanados por órgãos supervisores, sendo revisadas pelo menos uma vez ao ano pelo Conselho e disponibilizadas a todos os funcionários e empresas ligadas, por meio do Portal Corporativo.

O mesmo se aplica para a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) que tem como objetivo descrever as principais diretrizes para a sustentabilidade e responsabilidade social, ambiental e climática da Organização e direcionar sua estratégia e a condução dos seus negócios atividades e processos, destacando as principais linhas de atuação e governança.

Teste de Estresse

A estrutura de gerenciamento de riscos dispõe do programa de testes de estresse com o objetivo de identificar vulnerabilidades às quais a Organização possa estar exposta. Os testes de estresse são exercícios de avaliação prospectivos dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias específicas que podem ter seus reflexos sobre o capital, a liquidez ou sobre o valor de um portfólio da Organização.

Os testes de estresse são utilizados como uma ferramenta para o gerenciamento de riscos e são aprovados pelo Conselho, sendo seus resultados insumos para avaliação da suficiência de capital e de liquidez da Organização e elaboração dos respectivos planos de contingência.

Política para a Gestão de Continuidade de Negócios

A política para a Gestão de Continuidade de Negócios é aprovada também pela Alta Administração e dispõe de planos de continuidade de negócios (PCN) pelos quais estão mapeados os processos críticos. Estes planos abordam processos, pessoas, sistemas e fornecedores e são revisados periodicamente, visando assegurar a resiliência operacional da Organização.

Plano de Contingência de Liquidez

O Plano de Contingência de Liquidez é aprovado pela Alta Administração e prevê seu acionamento em todo e qualquer momento em que os índices de liquidez alcancem níveis de tolerância máxima pré-determinados, independentemente da causa da queda destes índices de liquidez.

Acontecimentos de ordem social, ambiental ou climático podem afetar a liquidez do banco, tanto por meio de perda de captações ou queda do recebimento de ativos. Portanto, os riscos social, ambiental e climático podem ser “gatilhos” para o acionamento do Plano de Contingência de Liquidez, que podem ocorrer quando os índices de liquidez do banco apresentarem uma degradação significativa.

Política de Remuneração

A política de remuneração da Organização, elaborada pelo Comitê de Remuneração e aprovada pelo Conselho, contempla uma série de indicadores que são observados na definição da remuneração variável. Dentre estes indicadores destacamos: i) retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE); ii) índice de eficiência; iii) satisfação dos clientes; e iv) cumprimento de aspectos socioambientais, conforme a performance social e ambiental nos índices de sustentabilidade, que inclui a temática “mudanças do clima”.

e) Formas de monitoramento pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria dos objetivos estratégicos e, se aplicável, das metas da instituição relacionadas à aspectos sociais, ambientais e climáticos.

A estratégia de negócios da Organização busca atender às expectativas dos clientes a partir de suas necessidades e momento de vida, aumentando sua satisfação por meio de uma experiência de excelência em todas as interações. Sendo assim, a Organização fundamenta sua atuação em quatro grandes pilares que sustentam o propósito corporativo:

- Clientes - nossa inspiração
- Transformação digital - como fazemos
- Pessoas - nosso time
- Sustentabilidade - feitos para durar

Quanto ao pilar Sustentabilidade - feitos para durar, a Organização atua como agente de transformação positiva, gerando valor compartilhado com a sociedade, clientes, funcionários, investidores e parceiros. Com o compromisso de crescer de forma diversificada e sustentável, com uma atuação ética e transparente, por meio do melhor equilíbrio entre risco e retorno e de estruturas de capital e liquidez.

Visando contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade, com uma economia de baixo carbono e inclusiva, a Organização está comprometida com o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático relacionados ao negócio. Com atuação pautada pela diversidade e inclusão, reforça nossa crença no potencial transformador das pessoas, respeitando a individualidade e a pluralidade. Inclusão e educação financeira são direcionadores importantes para nós, por meio deles impactamos e transformamos a vida de milhares de brasileiros.

Neste contexto, destacamos a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que estabelece os princípios, as diretrizes e os compromissos da Organização com o desenvolvimento sustentável e a transição para uma economia de baixo carbono.

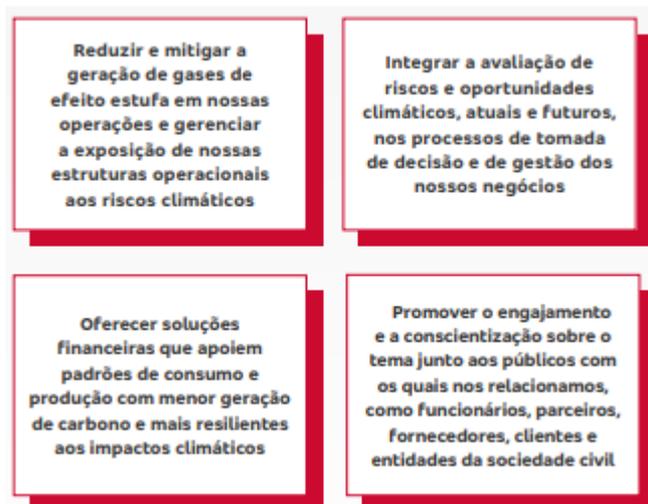
Os aspectos sociais, ambientais e climáticos são pautados na nossa estratégia de Sustentabilidade, conforme diretrizes estabelecidas na PRSAC, compreendendo as seguintes frentes:



A Cidadania Financeira tem o objetivo de atender a essas necessidades e potenciais vulnerabilidades atreladas às finanças de cada cidadão. A Organização busca exercer o potencial positivo, por meio de quatro condições integradas, sendo elas: i) inclusão financeira, ii) educação financeira, iii) proteção ao consumidor; e iv) Relacionamento entre reguladores, clientes e sociedade.

Destaca-se a inclusão financeira, que considera as diferenças geográficas e a diversidade dos nossos clientes, proporcionando o acesso de todos, em especial, os grupos subservidos no sistema financeiro. Em 2022, pessoas com esse perfil, representam 9% do total de aberturas de contas.

A Organização possui uma Agenda Climática, estruturada em quatro pilares, integrando a avaliação de riscos e oportunidades e dando suporte às tomadas de decisões e direcionamento da estratégia corporativa, com foco na resiliência dos negócios. São eles:



Um desses pilares tem o objetivo de “Contribuir com o engajamento e a conscientização dos públicos com os quais nos relacionamos, como funcionários, parceiros e fornecedores, clientes e entidades da sociedade civil”, reforça a participação da Organização em diversas iniciativas setoriais e multissetoriais de Sustentabilidade. Destacamos a adesão ao *Net-Zero Banking Alliance (NZBA)*, assumindo o compromisso de zerar as emissões líquidas de gases do efeito estufa de suas carteiras de empréstimos e investimentos até 2050, além de estabelecer metas intermediárias de redução de emissões até 2030, ou antes, com foco em setores carbono-intensivos e utilizando cenários climáticos alinhados às metas do Acordo de Paris.

Já o item Negócios Sustentáveis tem o objetivo de trilhar caminhos para uma economia mais sustentável. A Organização possui a meta de direcionar R\$ 250 bilhões para negócios sustentáveis até 2025, impulsionando a concessão de crédito para atividades classificadas como de contribuição positiva (considerando a Taxonomia verde de Febraban), produtos e serviços financeiros com foco socioambiental para pessoas físicas e jurídicas, além da assessoria na estruturação de soluções de crédito e dívida atreladas a critérios ASG (rotuladas como ambientais, sociais e de governança).

Por meio da governança integrada à gestão de riscos e aos negócios, a Organização acompanha os pilares de Sustentabilidade de forma transversal, fazendo com que as discussões e decisões sobre o tema sejam institucionalizadas em diversas áreas.

Esses temas são acompanhados pelo Comitê de Sustentabilidade e Diversidade, bem como pelos comitês de Riscos, de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, Executivo de Gerenciamento de Riscos e Executivo de Acompanhamento de Riscos, permitindo que o Conselho e a Diretoria Executiva monitorem os objetivos estratégicos e as metas da Organização relacionados a aspectos sociais, ambientais e climáticos.

Estratégia utilizadas no tratamento dos riscos social, ambiental e climático

(corresponde à Tabela EST da norma do BCB)



bradesco

a) Identificação dos eventos de risco social, de risco ambiental e de risco climático que geram possibilidade de perdas relevantes para a instituição em diferentes horizontes de tempo.

Os riscos social, ambiental e climático associados às instituições financeiras são, em sua maior parte, indiretos, e advêm das relações de negócios, incluindo aquelas com a cadeia de fornecimento e com os clientes por meio de atividades de financiamentos e investimentos.

O processo de identificação dos eventos de riscos sociais, ambientais e climáticos compreende, dentre outros aspectos, a avaliação dos setores de atividades, que por sua natureza, apresentam potencial de sofrer ou gerar impactos adversos cuja origem decorre dos 3 fatores em questão.

As principais fontes de informações utilizadas no processo de identificação dos eventos de riscos social, ambiental e climático, são:

- Resolução CONAMA 237 (Licenciamento Ambiental);
- Resolução Consema nº 01/2018 e 372/2018 (Licenciamento Ambiental);
- IBAMA (Autuações Ambientais e Embargos);
- ICMBio – Demarcação de Unidade de Conservação;
- Funai – Demarcação de Terras Indígenas e Fundação Cultural Palmares;
- Resolução SMA nº10/2017 (atividades com potencial de gerar áreas contaminadas);
- Cadastros públicos de áreas contaminadas;
- FEBRABAN – Taxonomia Verde;
- Classificação de risco por setor do *IFC* e da *S&P*;
- Cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão.

A seguir, apresentamos a exposição da carteira de crédito (data-base dez/22), segregada por setor econômico, região geográfica e compreendendo as perdas de crédito (operações baixadas/lançadas a prejuízo) e o prazo médio das exposições. Quanto às perdas de crédito, cabe ressaltar que todos os setores, em certa medida, podem estar expostos aos eventos de risco social, ambiental e climático, contudo, não podemos afirmar que as perdas registradas possuem relação direta e/ou exclusiva com eventos dessa natureza.

| Setor Econômico | Exposição de Crédito | Representatividade de da Exposição | Perdas de Crédito | Prazo Médio da Exposição |
|--------------------------------------|----------------------|------------------------------------|-------------------|--------------------------|
| | R\$ milhões | % | % | meses |
| Financeiro | 326.234 | 37,81 | 0,00 | 20 |
| Varejo | 72.284 | 8,38 | 0,72 | 16 |
| Transportes e Concessão | 43.062 | 4,99 | 0,21 | 27 |
| Atividades Imobiliárias e Construção | 41.523 | 4,81 | 0,67 | 26 |
| Serviços Diversos | 39.039 | 4,52 | 0,48 | 19 |
| Atacado | 38.638 | 4,48 | 0,23 | 13 |
| Demais Setores | 36.989 | 4,29 | 8,83 | 23 |
| Energia Elétrica | 29.713 | 3,44 | 0,00 | 27 |
| Holding | 29.211 | 3,39 | 0,01 | 20 |
| Alimentícia | 24.570 | 2,85 | 0,07 | 18 |
| Automobilística | 18.450 | 2,14 | 0,01 | 15 |
| Fumo e bebidas | 15.330 | 1,78 | 0,21 | 6 |
| Saúde | 14.704 | 1,70 | 0,07 | 15 |
| Telecomunicações | 12.064 | 1,40 | 0,04 | 25 |
| Siderurgia e Metalurgia | 11.945 | 1,38 | 0,11 | 19 |
| Química | 11.628 | 1,35 | 0,02 | 10 |
| Papel e Celulose | 10.704 | 1,24 | 0,03 | 9 |
| Açúcar e Álcool | 10.322 | 1,20 | 0,28 | 9 |
| Petróleo e Petroquímico | 9.886 | 1,15 | 0,01 | 50 |
| Extração | 8.185 | 0,95 | 0,01 | 10 |
| Bens de Capital | 5.681 | 0,66 | 0,07 | 19 |
| Lazer e turismo | 5.655 | 0,66 | 1,61 | 17 |
| Educação | 5.588 | 0,65 | 0,38 | 18 |
| Trading | 5.232 | 0,61 | 0,02 | 9 |
| Eletrodomésticos e eletroeletrônicos | 5.018 | 0,58 | 0,04 | 8 |
| Material de Construção | 4.702 | 0,54 | 0,09 | 13 |
| Têxtil | 4.448 | 0,52 | 0,58 | 25 |
| Embalagens | 4.221 | 0,49 | 0,05 | 10 |
| Tecnologia da Informação | 4.059 | 0,47 | 0,10 | 13 |
| Indústria Geral | 3.830 | 0,44 | 0,26 | 17 |
| Agricultura | 3.828 | 0,44 | 0,10 | 25 |
| Produtos de Higiene e Limpeza | 3.305 | 0,38 | 0,15 | 7 |
| Móveis e madeira | 2.762 | 0,32 | 0,43 | 23 |
| Total Geral | 862.810 | 100,00 | 0,55 | |
| Sudeste | 487.089 | 56,45 | 0,31 | 328 |
| Sul | 59.702 | 6,92 | 0,04 | 40 |
| Norte | 13.520 | 1,57 | 0,01 | 9 |
| Nordeste | 40.995 | 4,75 | 0,03 | 28 |
| Centro Oeste | 261.505 | 30,31 | 0,17 | 176 |
| Total Geral | 862.810 | 100,00 | 0,55 | |

De maneira complementar às perdas de crédito, a Organização dispõe de processo de monitoramento de perdas operacionais decorrentes de aspectos sociais, ambientais e climáticos, que são capturados por meio da identificação de processos administrativos e judiciais envolvendo questões como acessibilidade, trabalho escravo e/ou infantil, descumprimento de legislação ambientais (descartes inadequados de resíduos, entre outros) ou perdas decorrentes de inundação e enchentes.

Em 2022, a Organização reconheceu como perdas operacionais decorrentes de eventos sociais, ambientais e climáticos o montante de R\$ 1,8 milhão relacionado, de forma preponderante, a questões de acessibilidade (atendimento prioritário) e intempéries climáticas (enchentes e inundações).

b) Identificação de concentrações significativas dos riscos mencionados no item (a) nas exposições de crédito da instituição, observando o disposto no art. 38-D, inciso V, da Resolução nº 4.557, de 2017.

Conforme tabela apresentada no item (a), todos os setores, em certa medida, podem estar expostos a eventos de risco social, ambiental e climático de maneira direta ou indireta. Dentre os identificados

pela Organização, os mais suscetíveis a estes riscos são: Energia Elétrica, Automobilística, Fumo e bebidas, Siderurgia e Metalurgia, Química, Papel e Celulose, Açúcar e Álcool, Petróleo e Petroquímico, Têxtil, Indústria Geral, Agricultura, Móveis e Madeira.

A exposição de crédito destes onze setores representa 15,40% da carteira, com perda média de 2,05%, demonstrando que não há concentração relevante de exposição, seja de forma individual ou de forma agregada, e que o volume de perda de crédito não é significativo.

c) Descrição de como os eventos mencionados no item (a) são considerados nos negócios, nas estratégias e no gerenciamento de capital da instituição, detalhando o horizonte de tempo considerado e os critérios adotados na priorização dos riscos avaliados.

A Organização atua constantemente para incorporar a avaliação dos riscos social, ambiental e climático nos negócios, na estratégia e no gerenciamento de capital, visando subsidiar a tomada de decisão e o desenvolvimento sustentável das empresas e sociedade.

A seguir, destacamos a incorporação dos eventos mencionados no item (a) nos nossos negócios (crédito, investimentos e seguros), na estratégia e no gerenciamento de capital.

Negócios

Acerca da concessão de crédito, a Organização avalia os clientes que atuam em setores com potencial de impacto e que possuem exposição de crédito relevante, ou que tenham infração de natureza social e ambiental conforme critérios internos. Esta avaliação compreende a análise dos riscos social, ambiental e climático e resulta na emissão de um *rating* socioambiental, o qual é apreciado e discutido nos respectivos fóruns de deliberação de crédito. Cabe ressaltar que todo o processo de concessão de crédito que demanda o parecer socioambiental observa o RAS estabelecido pela Organização, o qual prevê medidas impeditivas e restritivas para determinados setores ou tipos de operação.

No que tange às iniciativas de investimentos, destacamos que a *Bradesco Asset Management (BRAM)* possui metodologia de análise de fatores ASG para todas as modalidades de ativos sob gestão, incluindo títulos privados e públicos. No caso dos títulos privados, são considerados os temas materiais de cada setor para identificar os riscos e as oportunidades que as companhias enfrentam. Para os títulos públicos, a metodologia considera indicadores que mensuram a qualidade regulatória e as políticas públicas para um bom atendimento à população em serviços básicos, conservação da natureza e redução de desigualdade social. Dessa maneira, aspectos socioambientais estão incorporados aos negócios da BRAM, cuja missão é proporcionar retornos superiores e sustentáveis na gestão de investimentos dos clientes. No tocante às operações de *private equity*, a Organização possui amplo escopo de atuação para os investimentos, com flexibilidade em termos de setores, modalidades, tickets, períodos de investimento e estruturas. Os processos de originação, investimento e monitoramento levam em consideração a avaliação dos riscos social, ambiental e climático.

No âmbito das operações de seguros, o Grupo Bradesco Seguros integra os aspectos ASG aos seus negócios mediante a oferta de soluções, produtos e serviços, buscando garantir o compromisso assumido de contribuir para o desenvolvimento sustentável do País. O Grupo integra os Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI, na sigla em inglês), compromisso voluntário à Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP FI) que busca manter a avaliação constante da demanda por produtos financeiros e de seguros que ofereçam soluções adequadas aos clientes, tanto para impulsionar a economia de baixo carbono como para protegê-los dos impactos ou adaptá-los às transformações decorrentes das mudanças do clima.

Estratégias

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços e da globalização dos negócios da Organização. Dessa forma, a Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas e desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle.

As estruturas de gerenciamento de riscos são compostas por diversos comitês, comissões e departamentos que subsidiam o Conselho de Administração, o Diretor-Presidente, o Diretor de Riscos (*Chief Risk Officer* – CRO) e a Diretoria Executiva da Organização no exercício de suas atribuições, conforme descrito no item "a" da tabela GVR. Neste contexto, destaca-se o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático, cujo escopo de análise compreende operações de crédito e financiamento, análises de garantias, fornecedores e investimentos (vide maiores detalhes na Tabela GER). Adicionalmente, a avaliação dos eventos de risco social, ambiental e climático está contida no controle do risco de estratégia, por meio do pilar de sustentabilidade, em que é avaliada a performance da Organização no índice de Sustentabilidade do *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI) e a evolução da Carteira de Negócios Sustentáveis.

Os planos estratégicos e de negócios da Organização são respaldados por diversos fatores, com destaque à Declaração de Apetite por Riscos (RAS) que compreende os tipos e níveis de riscos que a Organização está disposta a assumir para atingir os objetivos. Na RAS, os riscos social, ambiental e climático estão representados por um conjunto de diretrizes impeditivas e restritivas relativas a setores sensíveis, atividades controversas e infrações socioambientais, que norteiam as decisões de negócios da Organização.

Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma a proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos da Organização e para suportar os riscos inerentes às suas atividades, incluindo os riscos social, ambiental e climático. Este gerenciamento busca manter, permanentemente, uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer face aos riscos incorridos, sejam em situações normais ou de estresse, resultando na constituição de buffers de capital mínimo gerencial sobre requerimentos mínimos regulatórios.

A Organização, em sua gestão de capital, avalia uma visão prospectiva de 3 anos em que são consideradas hipóteses de mudanças no cenário econômico decorrentes de diversos fatores incluindo eventos sociais, ambientais e climáticos e nas expectativas dos negócios organizacionais. Para conter eventual possibilidade de deterioração dos níveis de capital e/ou liquidez, a Organização dispõe de Plano de Recuperação considera estratégias a serem adotadas em cenários adversos extremos e conta com Plano de Capital e Plano de Contingência, que fazem parte do Processo do ICAAP (*Internal Capital Adequacy Assesment Process*).

d) Descrição das hipóteses de mudanças em padrões climáticos e de transição para uma economia de baixo carbono utilizadas na realização de análises de cenários, no âmbito do programa de testes de estresse.

A jornada de análise de impactos das mudanças do clima percorrida pela Organização teve início ainda em 2017 com a participação nos programas piloto da UNEP FI. O objetivo das múltiplas rodadas destes programas inclui o desenvolvimento de metodologias de mensuração de impactos dos riscos climáticos. Recentemente foram intensificados esforços objetivando aprimorar a capacidade de avaliação dos riscos climáticos e seus potenciais efeitos para a Organização.

Dentre esses esforços, destaca-se o programa de testes de estresse que utilizou alternativas metodológicas distintas para ampliar a base de conhecimentos nesta agenda. Foram desenvolvidos métodos para avaliação de cenários associados às mudanças em padrões climáticos e à transição para uma economia de baixo carbono, visando aprofundar o entendimento de seus potenciais impactos.

I- Análise de Cenários

A evolução do arcabouço regulatório mundial acerca de temas como a limitação de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e redução do desmatamento ilegal traz uma nova perspectiva para o cenário de comércio exterior brasileiro que foi incorporado no âmbito do programa de testes de estresse da Organização. O quadro emergente pode trazer inúmeros desafios para a comercialização de produtos brasileiros no mercado internacional. Portanto, neste cenário hipotético, é considerada a restrição ao comércio de inúmeros produtos que terá efeitos em PIB, câmbio, taxa de juros e inflação a partir do modelo de equilíbrio macroeconômico, conforme elaboração conjunta de cenário entre áreas econômicas, de controle de riscos e de negócios.

Os cenários macroeconômicos são apreciados pelas áreas de negócio, que incorporam as variáveis macroeconômicas e estimam os resultados em diversos produtos, visando uma compreensão abrangente dos potenciais impactos nas carteiras, no resultado e nos índices de capital e liquidez.

II- Análise de Sensibilidade

Em uma perspectiva complementar, visando dimensionar uma escala de impactos diretos em clientes, foram realizadas análises de sensibilidade da exposição de uma amostra de operações realizadas com pessoas jurídicas atuantes em setores de elevada exposição a riscos climáticos físicos e de transição.

Para que as análises refletissem narrativas distintas acerca do comportamento de variáveis ligadas às mudanças do clima e que podem afetar os negócios das empresas, a Organização trabalhou com três cenários:

i) *Net-Zero e Divergent Net-Zero*, ambos alinhados ao cenário de elevação de temperatura em 1,5°C. Nessas duas narrativas são previstas zero emissões de GEE líquidas até 2050, diferindo entre si quanto às trajetórias, ordenada ou desordenada, de ações e políticas rumo ao cumprimento dos objetivos de controle de emissões globais de GEE.

ii) *Current Policies*, sob uma perspectiva mais pessimista quanto à transição para uma economia de baixo carbono, a Organização adotou também o cenário em que apenas as políticas implementadas atualmente são mantidas, acarretando a intensificação ainda mais severa dos riscos físicos das mudanças do clima.

Os resultados das análises foram utilizados para simular possíveis impactos em variáveis como os *ratings* de crédito das empresas, em cada um dos cenários climáticos. Cabe ressaltar que os modelos que permitem a avaliação de tais impactos ainda se encontram em estágio de maturação metodológica, possuindo relevantes limitações quanto à cobertura de variáveis e fatores de risco estimados. Portanto, existirá a constante necessidade de aprimoramento dessas metodologias, além da utilização de métodos complementares para a gestão adequada dos riscos em questão.

e) Descrição da capacidade de adaptação da instituição, considerando as hipóteses mencionadas no item (d).

O resultado da análise de cenário revelou a exposição dos negócios aos efeitos que o comércio internacional pode acarretar à Organização em decorrência dos riscos de transição. Já em relação à análise de sensibilidade, o exercício realizado não apresentou riscos materiais, à luz da metodologia e das premissas utilizadas.

Podemos ressaltar que, em todos os cenários avaliados, a Organização demonstra solidez e resiliência financeira para fazer face aos cenários de estresse aplicados, não sendo rompidos os limites gerenciais de capital e liquidez. Os resultados sugerem a importância de monitoramento das condições de mercado e da adoção de uma estratégia de negócios que permitam antecipar e evitar consequências mais severas para a Organização.

É importante ressaltar que quaisquer exercícios realizados serão marcados por relevantes limitações metodológicas, de maneira que certamente falharão em refletir adequadamente a totalidade dos riscos aos quais a Organização está exposta. Contudo, independente de identificar a materialidade dos riscos nas avaliações realizadas, a Organização deu início ao processo de alinhamento de sua estratégia aos riscos e está em constante processo de atualização da abordagem metodológica adotada, tendo em vista seu compromisso com a perenidade dos negócios e a intenção de contribuir para a transição rumo a uma economia de baixo carbono.

Visando mitigar tais riscos e aumentar a resiliência da Organização foram estabelecidas metas de fomento a negócios verdes, caracterizados por operações que contribuem para um desenvolvimento econômico mais sustentável. Almejando o alinhamento entre negócios e o cumprimento do Acordo de Paris foi proposta a descarbonização da carteira de crédito através do apoio a clientes em sua transição para uma economia de baixo carbono, conforme estabelecido junto à *Net Zero Banking Alliance*.

As avaliações realizadas revelam a capacidade de a Organização acomodar os impactos das mudanças do clima em sua estrutura de capital, ao passo que as estratégias climáticas em implantação buscam trazer maior protagonismo para negócios alinhados a uma economia de baixo carbono.

Processos de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático

(corresponde à Tabela GER da norma do BCB)



bradesco

a) Descrição do processo de identificação, mensuração e avaliação do risco social, do risco ambiental e do risco climático.

Seguindo os princípios de proporcionalidade e relevância previstos pelo BCB, a Organização estabeleceu o escopo sobre o qual realiza o processo de identificação, avaliação e classificação dos riscos social, ambiental e climático. Este escopo compreende a análise nas atividades de i) crédito e financiamento; ii) financiamento a projetos; iii) garantias; iv) fornecedores; e v) investimentos, os quais detalhamos a seguir.

Concessão de crédito

Para a avaliação dos riscos social, ambiental e climático são considerados fatores de risco associados aos setores econômicos de atuação dos clientes (risco inerente) e a exposição de crédito destes clientes em cada setor. Os clientes que atuam em setores com risco inerente médio ou alto e que possuem material exposição de crédito compõem o escopo da avaliação.

Para os clientes contidos neste escopo é realizada a avaliação de desempenho ambiental, social e de governança (*Score* ASG) que é realizada por meio de aplicação e análise de questionário abordando aspectos relacionados à identificação de potenciais impactos à biodiversidade, às comunidades tradicionais, violação aos direitos humanos, exposição às mudanças do clima, saúde e segurança ocupacional, conformidade legal e responsabilidade social empresarial, decorrentes das atividades exercidas pelos clientes.

A interseção entre o risco inerente do setor e o *Score* ASG resulta na classificação do *rating* socioambiental do cliente que pode ser um dos seguintes níveis de risco: mínimo, baixo, moderado, alto e muito alto.

Projetos

O escopo de análise de projetos é definido com base no setor econômico e valor do financiamento. A análise dos projetos é realizada por meio de *checklists* setoriais em que são avaliados licenças, estudos ambientais, programa de prevenção, mitigação, controle e compensação dos impactos e exposição climática.

São também incorporados nesse processo pesquisas em mídias e consultas a bancos de dados internos e públicos, como o cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão, a lista de embargos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e cadastros públicos de áreas contaminadas. A partir dessa análise é gerada a classificação de *rating* de risco do projeto, que compreende cinco níveis: mínimo, baixo, moderado, alto e muito alto.

A Organização também é signatária dos Princípios do Equador, desde 2004, que têm como objetivo garantir que projetos financiados sejam implementados de forma socialmente responsável e reflitam as melhores práticas de gestão ambiental, social e climática previstas nos Padrões de Desempenho da *International Finance Corporation (IFC)* e nas Diretrizes de Saúde, Segurança e Meio Ambiente do Banco Mundial. Os projetos enquadrados são classificados nas categorias A, B e C e recebem a classificação de *rating* de risco do projeto conforme descrito anteriormente. Para os projetos que apresentarem potenciais impactos relevantes são elaborados planos de ação e estabelecidos processos de auditoria periódica que auxiliam no gerenciamento e avaliação da conformidade social e ambiental.

Garantias Imobiliárias

O escopo de análise de garantias imobiliárias compreende imóveis rurais em que sejam identificadas restrições sociais, ambientais, climáticas e imóveis urbanos com indícios de contaminação que estejam situados em áreas industriais, galpões com armazenamento de material potencialmente contaminante, imóveis com tanques de combustíveis e terrenos livres em grandes centros urbanos.

Os imóveis enquadrados nesse escopo são submetidos a um processo de identificação de fatores de risco social, ambiental e climático. Esse processo envolve empresas avaliadoras homologadas, contratadas para a análise das características físicas e de utilização do bem, avaliação da existência de passivos e ativos ambientais, dentre outros aspectos. A avaliação do imóvel resulta em uma das seguintes classificações: liberado, restritivo e impeditivo.

Fornecedores

Os fornecedores enquadrados no escopo de análise de riscos social, ambiental e climático passam por processo de auditoria executado por empresa especializada na gestão sustentável da cadeia de fornecedores com o objetivo avaliar o nível de gestão dos fornecedores.

Essa avaliação é feita por meio de checklist e entrevistas abordando três dimensões: i) responsabilidade social; ii) meio ambiente; e iii) saúde e segurança do trabalho. Estas dimensões compreendem aspectos relacionados à ética, questões trabalhistas, direitos humanos, gestão da cadeia de fornecedores, políticas ambientais, licenciamento, gestão de resíduos sólidos e emissões de gases de efeito estufa, saúde e segurança do trabalho, entre outros temas.

Após as auditorias, o fornecedor estabelece um plano de ação para cada oportunidade de melhoria e não-conformidade identificadas. Considerando os resultados da auditoria, o fornecedor recebe a classificação de risco mínimo, baixo, moderado, alto e muito alto.

Investimentos

Aspectos sociais, ambientais e climáticos estão incorporados nos negócios da *Bradesco Asset Management (BRAM)*, cuja missão é proporcionar retornos superiores e sustentáveis na gestão de investimentos dos clientes. Como signatária dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), da *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD)*, Investidores pelo Clima (IPC) e Associação de Investidores no Mercado de Capitais (AMEC), emprega transversalmente metodologias que analisam riscos, oportunidades e impactos potenciais decorrentes de aspectos ASG sobre o desempenho dos ativos. A BRAM dispõe de metodologia que confere pesos diferentes aos aspectos monitorados que se estendem a todas as classes de ativos (renda variável, renda fixa – títulos privados e públicos – e fundos de investimento) e pesos que variam de acordo as especificidades de cada setor. A BRAM realiza engajamento com as empresas e parceiros de negócios para que sejam adotadas as melhores práticas em seus segmentos de atuação.

De forma complementar, são analisadas as operações de *private equity* com objetivo de identificar eventuais infrações relativas ao trabalho análogo à escravidão, trabalho infantil, exploração sexual, áreas embargadas, áreas contaminadas e infrações que possam impactar a imagem e reputação da Organização. A partir dessa avaliação as operações de investimento recebem a classificação em um dos três níveis de *rating*: baixo, moderado e alto.

b) Descrição dos critérios utilizados para a classificação das exposições quanto aos riscos social, ambiental e climático, considerando o setor econômico, a região geográfica e o prazo médio das exposições.

Para classificação das exposições aos riscos social, ambiental e climático a Organização desenvolveu critérios onde cada risco considera componentes específicos avaliados a partir das características do setor econômico de atuação que permitiram sua classificação de impacto potencial alto, médio e baixo.

Os critérios de riscos sociais contemplam referências internacionais como os critérios da *IFC*, *S&P*, bem como registros de autuações, acidentes e trabalho infantil no Brasil. Os riscos ambientais de um setor são classificados a partir de critérios da *IFC* e *S&P*, assim como definições da Febraban e registros de agências reguladoras. Tendo em vista a inexistência de divulgações obrigatórias, órgão regulador ou arcabouço legal que permita um monitoramento específico, os critérios para avaliação dos riscos climáticos são dependentes das características do setor de atividade quanto às suas potenciais exposições a fatores físicos ou de transição.

No que diz respeito aos fatores físicos foram avaliadas exposições aos riscos agudos, como o potencial de danos às estruturas mediante ocorrência de eventos extremos; ou aos riscos crônicos, como a necessidade de recursos naturais no processo produtivo. Sobre o processo de transição para uma economia de baixo carbono, foram avaliados os riscos de mercado, como o uso de insumos carbono-intensivos; risco reputacional, como o histórico de abalos a imagem de empresas do setor em decorrência de eventos climáticos; risco regulatório, como a incidência de precificação de carbono no mercado internacional; e o risco tecnológico, como a disponibilidade de tecnologias substitutas ao produto em questão. Todos os componentes são consolidados para constituição de métrica comum que permite a classificação do risco como alto, moderado ou baixo.

A respectiva classificação é utilizada na constituição de matriz que compreende dois eixos: impacto potencial do setor e relevância de sua exposição na carteira de crédito para o monitoramento periódico dessa exposição.

c) Descrição dos mecanismos utilizados para a identificação tempestiva de mudanças políticas, legais ou regulamentares que possam impactar o risco climático de transição incorrido pela instituição.

O mecanismo utilizado para identificação tempestiva de mudanças políticas, legais ou regulamentares que possam impactar as atividades e negócios da Organização compreende o uso de plataformas especializadas que capturam, de forma automatizada, leis, normativos, resoluções e encaminham às áreas potencialmente interessadas para avaliação dos possíveis impactos e avaliação quanto à necessidade de implementação de ação e/ou da elaboração de plano de adequação.

Esse monitoramento abrange leis federais aplicáveis às atividades da Organização, bem como normativos de órgãos reguladores e de autorregulação (Banco Central, CVM, ANBIMA, ABECS, FEBRABAN, COAF e OAB FEDERAL), legislações e atos normativos expedidos pelo Congresso Nacional, Poder Legislativo, Poder Executivo, Presidência da República, Ministério da Economia, Ministério da Justiça e Segurança Pública e contempla, dentre outros aspectos, aqueles que podem impactar o risco de transição incorrido pela Organização.

Cabe ainda ressaltar que todos os gestores da Organização (inclusive das Unidades no Exterior) são responsáveis por monitorar, detectar, avaliar e implementar as ações necessárias para assegurar a plena conformidade das atividades às leis e regulamentos aplicáveis ao seu negócio, sempre respeitando a jurisdição local.

d) Descrição dos mecanismos utilizados para o tratamento, no âmbito de gerenciamento integrado de riscos, das interações entre os riscos social, ambiental e climático, e entre esses e os demais riscos incorridos pela instituição.

Riscos ambiental, social e climático (RSAC) estão intrinsecamente conectados e demandam processos de gestão capazes de endereçar essas interconexões ao passo que preservam suas particularidades. Visando contemplar essa realidade, a Organização adota um programa de estresse que visa avaliar suas condições para lidar com situações de incerteza causada por fatores de origem social, ambiental e climática.

Visando entender as interações entre os RSAC foi elaborado um cenário de estresse que contemple eventos decorrentes desses riscos simultaneamente. Por meio deste exercício, são consideradas as implicações do cenário RSAC sobre os principais riscos relevantes da Organização. Conforme descrito no item (d) da Tabela EST, esse processo envolve estimativas de impactos por diversas áreas de negócios. Ao considerar tais impactos em seus respectivos planejamentos, as áreas permitem a avaliação de resultados estimados para seus produtos, carteiras e ativos em decorrência de fatores RSAC associados à regulação internacional com importantes consequências à balança comercial brasileira.

Tendo em vista a amplitude do exercício de estresse, são consideradas as consequências macroeconômicas dos cenários que permitem a avaliação de oscilação de taxas de juros, preços de mercado dos ativos e potenciais oscilações que constituem risco de mercado. Conforme definido no processo, as projeções são consolidadas para uma análise ampla de consequências imediatas e efeitos futuros na Organização de maneira integrada. Ao projetar as consequências em operações de crédito, dadas as restrições regulatórias enfrentadas pelas contrapartes, são avaliadas as inúmeras implicações financeiras que eventos de riscos sociais, ambientais e climáticos acarretam.

As variáveis macroeconômicas sensibilizam as projeções das carteiras e dos resultados dos exercícios de estresse, levando em consideração, entre outros fatores, riscos de mercado associados à variação da taxa de juros e impactos de marcação a mercado de títulos, além do gerenciamento do descasamento de ativos e passivos (*Application Lifecycle Management - ALM*). De forma análoga, as possíveis dificuldades de negociação de posições a preço de mercado e capacidade para honrar obrigações de forma segura e em tempo hábil devem estar contempladas nas considerações acerca do risco de liquidez que eventos RSAC podem causar.

O programa de testes de estresse permite a avaliação da capacidade detida pela Organização para navegar pelas adversidades decorrentes de cenários desfavoráveis. Um cenário de negócios comprometido por restrições regulatórias traria consequências nas operações das contrapartes que afetam o risco de crédito avaliado no âmbito do programa. Suas implicações em resultados projetados, índices de capital e liquidez constituem a base dos planos de contingência e estratégia da Organização.

De forma complementar, foram realizados exercícios isolados, ainda no âmbito do programa de estresse, cujo objetivo é a análise de consequências de eventos pontuais com implicações de liquidez, risco de mercado, e risco de crédito decorrentes de causas socioambientais em ativos de empresas que atuam em setor de potencial risco socioambiental. As abordagens, em conjunto, buscam oferecer uma dimensão ampla das consequências dos riscos sociais, ambientais e climáticos e suas interações com demais riscos relevantes da Organização, permitindo a ampla discussão de seus impactos e sua consideração para planos e estratégias.

e) Descrição dos processos de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático, destacando o monitoramento, o controle e a mitigação desses riscos.

Os processos de gerenciamento de risco passam pela identificação e classificação de riscos social, ambiental e climático, resultando no *rating* socioambiental, conforme descrito no item (a) desta tabela.

Assim, o monitoramento dos riscos percorre a revisão periódica do *rating* socioambiental, considerando a relevância do grau de risco. Quanto maior o nível de risco, menor é o prazo para revisão do *Rating*.

Além disso, a Organização tem um processo diário de monitoramento de pesquisas que visa identificar potenciais infrações de natureza social ou ambiental que, a depender da criticidade, podem demandar a revisão tempestiva do *rating* socioambiental. Nesse processo são solicitadas e avaliadas as informações acerca de ações em curso para mitigação dos riscos identificados.

A Organização também dispõe de cláusulas contratuais padrão que preveem a prerrogativa de vencimento antecipado de contratos caso seja identificado o descumprimento de alguma cláusula de mitigação de riscos. Especificamente para financiamento a projetos enquadrados em Princípios do Equador, além da inclusão de cláusulas específicas nos contratos de financiamento, são adotados procedimentos complementares de acompanhamento que incluem visitas e conferências, bem como elaborados planos de ação para prevenção, controle, mitigação e compensação dos danos socioambientais inerentes aos projetos.

f) Descrição dos mecanismos utilizados para o monitoramento de concentrações em setores econômicos, regiões geográficas ou segmentos de produtos e serviços mais suscetíveis a sofrer ou causar impactos sociais, ambientais e climáticos.

A Organização efetua o monitoramento de concentrações em setores econômicos por meio de métricas de acompanhamento dos limites de concentração das operações de crédito para os grupos Econômico, de Setor e Transferência (concentração por países).

Especificamente para setores mais suscetíveis aos riscos social, ambiental e climático (vide item b da tabela EST), periodicamente a concentração das exposições de créditos é apreciada pelos fóruns de riscos, permitindo avaliar como está sendo realizada a alocação de recursos para estes setores (vide item “b” da Tabela GVR).

Ademais, esse acompanhamento observa as diretrizes estabelecidas na RAS que prevê um conjunto de diretrizes setoriais compreendendo medidas impeditivas e restritivas de concessão de crédito em setores econômicos mais sensíveis em decorrência de seus potenciais impactos social, ambiental ou climático.



bradesco